

Superior Tribunal de Justiça

RECLAMAÇÃO Nº 39.024 - SP (2019/0297330-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
RECLAMANTE : JOAO PAULO TRINDADE MEINICKE
ADVOGADOS : LUIZ FELIPE DE ALMEIDA COELHO - ES013676
CAMILA VILLA NOVA RAMALHO - ES028949
RECLAMADO : JUIZ DE DIREITO DA 9A VARA CÍVEL DE SÃO PAULO - SP
INTERES. : INTRA S A CORRETORA DE CâMBIO E VALORES
ADVOGADO : ROSANA DE SEABRA - SP098996

DECISÃO

Segundo o art. 98, § 5º, do Código de Processo Civil, “a gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento”.

Assim, **defiro a gratuidade de justiça tão somente para afastar a exigibilidade das custas referente ao ajuizamento desta reclamação.**

Distribua-se o presente feito independentemente do transcurso do prazo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente